

10º Encontro da ABCP – Ciência Política e a Política: Memória e Futuro

Área temática: Comunicação Política e Opinião Pública

REAÇÕES EMOCIONAIS EM RELAÇÃO À ECONOMIA E SEU IMPACTO NAS AVALIAÇÕES POLÍTICAS: APONTAMENTOS SOBRE O CASO BRASILEIRO¹

Pedro Santos Mundim – Universidade Federal de Goiás

30 de agosto a 02 de setembro de 2016, Belo Horizonte (MG)

¹ Este é um trabalho em andamento. Por favor, não o cite sem o consentimento do autor.

Resumo

Existem vários estudos e análises sobre a relação entre as emoções e o processo de decisão de voto (Brader, 2006; Marcus, Neuman e Mackuen, 2000; Pimentel Jr., 2010). Contudo, no Brasil, ainda são poucos os trabalhos que investigam a influência dos componentes afetivos sobre as avaliações que as pessoas fazem da atuação dos governos, especialmente quando essas dimensões afetivas tratam de questões econômicas.

O artigo busca contribuir para o avanço das análises do papel das emoções sobre o comportamento político dos brasileiros. De modo específico, explora e analisa a como as reações emocionais dos brasileiros em relação à economia afetam a avaliação que eles fazem do governo federal e da atuação do governo em áreas econômicas específicas. Para isso utiliza os dados de duas pesquisas nacionais de opinião pública realizadas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR) em novembro de 2014 e abril de 2015. Estas pesquisas trouxeram perguntas sobre a avaliação e aprovação do governo federal, sobre a avaliação que os brasileiros faziam da situação econômica do país e de sua própria situação econômica, além de perguntas sobre os sentimentos dos entrevistados em relação à economia do país e a sua situação econômica pessoal.

Outra vantagem dessas pesquisas é que elas foram feitas em dois momentos bastante distintos em relação à avaliação do governo e a situação econômica do país. Em 2014, logo após a disputa que reelegeu a Presidente Dilma Rousseff, a avaliação positiva (ótimo ou bom) do governo federal era de 42%, e sua aprovação de 58%. Cinco meses depois, a avaliação positiva era de 13% e aprovação de 23%. Neste mesmo período, a avaliação positiva da economia caiu de 20% para 8%, enquanto a avaliação negativa (ruim ou péssima) subiu de 26% para 63%. Isso significa que é possível realizar as análises em dois momentos políticos e econômicos completamente distintos, ainda que o tempo que os separa seja de menos de seis meses.

As técnicas de estatística utilizadas foram a análise fatorial, regressões lineares via MQO e regressões logísticas binários e ordinais. Seis variáveis dependentes foram utilizadas: a avaliação da atuação do governo federal e a aprovação do governo federal, tanto em novembro de 2014 quanto em abril de 2015; e as avaliações da atuação do governo federal no controle da taxa de juros, no combate à inflação, no combate à pobreza e na geração de empregos aprovação do governo, em novembro de 2014.

As variáveis explicativas foram divididas em três grupos. O primeiro deles trouxe as medidas de emoção, especificamente indicadores de experiências emocionais subjetivas dos entrevistados, positivas e negativas, com a economia do país e com a economia pessoal. O segundo deles trouxe as variáveis cognitivas de avaliação da economia do país e da economia

peçoal, além da avaliação dos serviços públicos oferecidos no país. O terceiro deles trouxe um conjunto de variáveis de controle: as características sociodemográficas dos entrevistados – sexo, escolaridade, idade, renda familiar mensal e porte do município – e se o entrevistado era beneficiário do programa Bolsa Família.

Alguns dos resultados encontrados estão em consonância com o trabalho de Conover e Feldman (1986) sobre o tema: as (1) reações positivas e negativas em relação às condições econômicas são relativamente independentes; as (2) reações afetivas e cognitivas em relação à economia estão correlacionadas apenas de maneira fraca; e (3) as reações emocionais às condições econômicas do país e das pessoas são importantes para explicar as avaliações políticas.

Contudo, para o caso do Brasil, algumas especificidades apareceram: (1) embora os indicadores cognitivos e afetivos de avaliação econômica sejam importantes para explicar as avaliações do governo, o indicador de avaliação da situação econômica do país teve sempre um desempenho superior; (2) as avaliações afetivas sobre a condição da economia do país foram mais importantes para explicar as avaliações de governo do que as avaliações afetivas pessoais em todas as estimativas, independentemente do método utilizado; e (3) as avaliações afetivas sobre a economia pessoal não foram importantes para explicar a avaliação dos entrevistados sobre a atuação do governo federal no controle da taxa de juros e o combate à inflação, mas foram importantes para explicar a avaliação do combate à pobreza e geração de empregos.

No geral, os resultados sugerem que tanto os indicadores cognitivos de avaliação econômica, quanto os afetivos, devem ser considerados para a análise dos impactos das condições da economia do país nas avaliações que os brasileiros fazem da atuação do governo federal.

Palavras-chave: emoções, economia, avaliações políticas, Brasil

Estudos sobre o impacto da economia no comportamento político são abundantes na Ciência Política, especialmente quando se busca discutir a relação entre o executivo e a opinião pública.² É razoável afirmar que nenhuma outra área de atuação dos governos, como saúde, educação e segurança, recebeu tanta atenção de pesquisadores. Isso ocorre pelo fato de questões econômicas como crescimento, desemprego e inflação afetarem direta e profundamente a vida das pessoas. Além disso, as variáveis econômicas quase sempre apresentam protagonismo para explicar as decisões de voto e as avaliações dos incumbentes.

É possível fazer uma segunda constatação em relação a esses estudos. Grande parte deles analisou o efeito dos indicadores econômicos objetivos (Kinder 1981; Hibbs 1987; Lewis-Beck, Martini, e Kiewiet 2013), e das percepções cognitivas da opinião pública, sobre a situação econômica do país (Kiewiet 1981; 1983; Feldman 1982; Nadeau, Lewis-Beck, e Bélanger 2012), a avaliação dos governantes e as decisões eleitorais. Mas foram poucos os que discutiram a associação entre sentimentos dos consumidores (MacKuen, Erikson, e Stimson 1992; Clarke e Stewart 1994; Erikson, MacKuen, e Stimson 2000), ou as reações emocionais em relação à economia (Conover e Feldman 1986), na aprovação dos presidentes.

O objetivo deste artigo é analisar justamente esta última dimensão. Pode-se supor que a percepção sobre a variação dos principais indicadores econômicos ocorra frequentemente de maneira subjetiva. Ou seja, a avaliação feita sobre a situação econômica do país é medida pelas nossas percepções afetivas, ou nossas emoções e sentimentos em relação à economia.³ Além disso, trabalhos como os de Marcus, Neuman e Mackuen (2000) mostraram a importância das emoções para as nossas avaliações políticas. Se, como dizem os autores, pensamos em política quando nossas emoções nos dizem para fazê-lo, é possível que esse gatilho seja acionado por conta de questões econômicas, que naturalmente afetam nossas percepções sobre a atuação do governo nessa área, como já mostraram vários estudos.

Se em textos clássicos sobre decisão do voto a emoção é vista como uma ação supostamente irracional (Downs 1999), estudos recentes mostraram que ela, na verdade, auxilia na tomada de decisão racional. Essa é justamente a premissa do modelo de “inteligência afetiva” (Marcus, Neuman, e MacKuen 2000; MacKuen et al. 2007), que será apresentada no próximo item. Assim como os autores, busco estabelecer uma conexão entre a abordagem racionalista e a emocional. Mas ao invés das discussões sobre o papel desempenhado pelas

² Dada a grande quantidade de trabalhos, não irei citá-los aqui. Mas para uma excelente compilação de boa parte deles, ver Nannestad e Paldam (1994), Lewis-Beck e Stegmaier (2013) e Berlemann e Enkelmann (2014).

³ Neste trabalho o termo “percepções afetivas”, ou qualquer um dos seus sinônimos, será utilizado da mesma forma que em Conover e Feldman (1986, 51): “um termo genérico abrangendo coisas como sentimentos, humores e emoções (...). Em comparação, cognição é ‘conhecimento’; este envolve a representação do conhecimento e o processo envolvido na aquisição de tais informações”.

variáveis afetivas no processo de escolha eleitoral, o artigo explora e analisa a como as reações emocionais em relação à economia afetam a avaliação do Governo Federal e da sua atuação em áreas econômicas específicas.

Para isso utilizo os dados de duas pesquisas nacionais de opinião pública realizadas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM/PR) em novembro de 2014 e abril de 2015. Estas pesquisas trouxeram perguntas sobre a avaliação e aprovação do Governo Federal, sobre a avaliação que os brasileiros faziam da situação econômica do país e de sua própria situação econômica, além de perguntas sobre os sentimentos dos entrevistados em relação à economia do país e a sua situação econômica pessoal.

Outra vantagem dessas pesquisas é que elas foram feitas em dois momentos bastante distintos em relação à avaliação do governo e a situação econômica do país. Em 2014, logo após a disputa que reelegeu a Presidente Dilma Rousseff, a avaliação positiva (ótimo ou bom) do Governo Federal era de 42%, e sua aprovação de 58%. Cinco meses depois, a avaliação positiva era de 13% e aprovação de 23%. Neste mesmo período, a avaliação positiva da economia caiu de 20% para 8%, enquanto a avaliação negativa (ruim ou péssima) subiu de 26% para 63%. Isso significa que é possível realizar as análises em dois momentos políticos e econômicos completamente distintos, ainda que o tempo que os separa seja de menos de seis meses.

Alguns dos resultados encontrados estão em consonância com o trabalho de Conover e Feldman (1986) sobre o tema: as (1) reações positivas e negativas em relação às condições econômicas são relativamente independentes; as (2) reações afetivas e cognitivas em relação à economia estão correlacionadas apenas de maneira fraca; e (3) as reações emocionais às condições econômicas do país e das pessoas são importantes para explicar as avaliações políticas.

Contudo, para o caso do Brasil, algumas especificidades apareceram: (1) embora os indicadores cognitivos e afetivos de avaliação econômica sejam importantes para explicar as avaliações do governo, o indicador de avaliação da situação econômica do país teve sempre um desempenho superior; (2) as avaliações afetivas sobre a condição da economia do país foram mais importantes para explicar as avaliações de governo do que as avaliações afetivas pessoais; e (3), o dado mais interessante, as avaliações afetivas negativas sobre a economia do país foram o indicador mais importante para explicar a mudança de opinião sobre o Governo Federal entre 2014 e 2015.

No geral, os resultados sugerem que tanto os indicadores cognitivos de avaliação econômica, quanto os afetivos, devem ser considerados para a análise dos impactos das condições da economia do país nas avaliações que os brasileiros fazem da atuação do Governo Federal.

A avaliação do governo numa perspectiva racionalista

Numa perspectiva racionalista, para decidir em quem votar, os eleitores podem utilizar da avaliação de desempenho dos governos. Para fazer este cálculo, “os homens frequentemente comparam o que o governo está fazendo com o que ele deveria estar fazendo”, ou seja, comparam “as rendas de utilidade que estão realmente recebendo com as que estariam recebendo se o governo ideal estivesse no poder” (Downs 1999, 63). Ainda que tais rendas de utilidade variem de pessoa para pessoa, pelas mais diversas razões, “cada homem pode utilizar seu conceito particular de governo ideal para atribuir uma avaliação de desempenho” (id).

É essa razão algébrica entre o que “a renda de utilidade que o eleitor acredita ser a maior que ele poderia ter recebido durante um período” e a “a renda de utilidade realmente recebida durante um período” que convencionalmente chamamos de avaliação retrospectiva (Downs 1999, 59; Fiorina 1981).⁴ Mas esse modelo é diferente da visão de Key (1966). A avaliação de desempenho downsiana não é um sinônimo de satisfação com olhos para o passado e a cabeça no presente, pois leva em conta as expectativas futuras.⁵ O modelo também difere das concepções puramente economicistas. Afinal, as avaliações de desempenho podem ser positivas ou negativas em função de questões alheias à economia, como por exemplo os serviços públicos.⁶

Em um mundo de informação incompleta e incerteza, as avaliações de desempenho claramente funcionam como atalhos informacionais, principalmente quando os eleitores não têm a ideologia – e suas visões de mundo ideal – como guias para a tomada de decisão. Mas como eles formam suas impressões sobre os incumbentes e conectam o seu dia a dia com as ações governamentais? A partir de outros atalhos informacionais e mecanismos redutores do custo da informação (Downs 1999; Popkin 1991; 1993). É justamente nessa discussão que a teoria da inteligência afetiva, e sua abordagem sobre o papel das emoções nos julgamentos político, traz novas contribuições que podem ser aplicadas na discussão racionalista da avaliação de desempenho dos governos.

⁴ Em notação matemática, a fórmula é a seguinte (Downs 1999, 63): U_t^i/U_t^a .

⁵ Por isso, momentos de euforia política ou econômica podem ser eleitoralmente perigosos, já que elevam o nível de exigência dos cidadãos em relação aos benefícios públicos que os governantes serão capazes de – ou deveriam – lhes entregar.

⁶ Ou seja, as teorias da escolha racional e do voto econômico não são a mesma coisa, embora em ambas as variáveis econômicas sejam importantes para explicar os processos de decisão de voto. Se pensarmos na sua aplicação para a escolha de governadores e prefeitos, onde a economia do país teria uma influência menor – mas não nula, vale dizer –, ele faz ainda mais sentido (Lavareda e Telles 2011).

Avaliação de governo e inteligência afetiva

Desde os estudos pioneiros de Lazarsfeld e seus colaboradores (1948) sabemos que apenas uma pequena parcela dos cidadãos se interessa e se informa sobre política. A consequência prática dessa situação é, como afirmou Popkin (1993, 17), a presença disseminada da incerteza entre as pessoas na hora de pensar sobre e avaliar as políticas governamentais. Essa situação é minimizada em anos eleitorais, quando a atenção dos eleitores é aguçada pela necessidade de tomada de decisão e pelas campanhas (Bartels 1993; Marcus e MacKuen 1993; Lodge, Steenbergen, e Brau 1995; Telles e Lavareda 2015). Mas, como sabemos, os processos de avaliação de desempenho não ocorrem apenas de quatro em quatro anos, o que deixa uma lacuna nessa solução.

Popkin (1991; 1993) salientou, corretamente, que uma boa quantidade de informação política relevante está disponível de forma gratuita como um subproduto das nossas atividades diárias. Mas falta à essa leitura um mecanismo explicativo mais claro sobre como, e por que, as pessoas deixam sua condição de baixa atenção política e passam a buscar informação para formarem suas preferências e avaliações. Por exemplo, por mais que eu posso me dar conta da condição da economia ao fazer compras, pedir um empréstimo ou pagar a conta de luz, o que realmente me motiva a buscar informações para estabelecer uma relação entre esses fatos e as ações governamentais e formar nossos juízos políticos?

Para Marcus, Neuman e MacKuen (2000, 1), “quando nossas emoções nos dizem para fazê-lo”. Segundo os autores, afeto e razão são dois estados mentais complementares que operam em um equilíbrio dinâmico “delicado, interativo e altamente funcional” (id, 8). Isso porque o nosso cérebro comporta dois sistemas emocionais independentes e pré-conscientes, cada um com suas funções específicas e “mutuamente engajados em governar nossos pensamentos e comportamentos” (id, 9). O primeiro é o *sistema de predisposição*, moldado para lidar com questões habituais e que se manifesta nos sentimentos positivos como o entusiasmo. O segundo é o *sistema de vigilância*, moldado para lidar com situações inesperadas e que se manifesta nos sentimentos negativos como a ansiedade.⁷

Sentimentos de entusiasmo tendem a reforçar as predisposições das pessoas em relação a seus objetivos e valores, além de incentivar a participação política. Sentimentos de ansiedade são uma resposta a situações de ameaça, que tiram as pessoas das suas rotinas,

⁷ A discussão é um pouco mais complexa do que buscarei retratar aqui, como mostram os capítulos 3 e 4 de Marcus, Neuman e MacKuen (2000). Mas, pelo bem da simplicidade, não detalharei os pormenores da teoria da inteligência afetiva, pois isso já foi feito pelos próprios autores e em outros lugares com bastante propriedade (Lavareda 2009; Junior 2010).

fazem-nas mais atentas e alteram seus incentivos para a busca de mais informações (Brader 2005; MacKuen et al. 2007). Em momentos de relativa calma política ou econômica, há menos espaço para mudanças de humor da opinião pública. Por outro lado, em momentos de crise, quando os sentimentos de ansiedade tendem a aflorar, a inteligência afetiva indica que as pessoas terão incentivos para buscar informação e conectar resultados das políticas públicas com as ações governamentais, estabelecendo uma relação de responsabilidade.

No fim das contas, o argumento que se coloca é que: as avaliações de governo e as decisões políticas são afetadas tanto por dimensões afetivas quanto cognitivas; as reações afetivas geralmente ocorrem primeiro; estes dois sistemas de avaliação são distintos e independentes; e, apesar disso, eles interagem de maneira significativa (Zajonc 1980).

Quando as pessoas punem ou recompensam os incumbentes pela condição da economia do país elas são guiadas pelas suas percepções objetivas. Mas tais considerações apenas ocorrem após reações emocionais. Como salientaram Conover e Feldman (1986, 53), “no grau em que afeto precede a cognição”, e “na medida em que emoções e cognições interagem”, as “emoções desempenham um papel chave na estruturação das percepções das condições econômicas” e “modelos de avaliação política ou de performance presidencial que incluem um mas não o outro serão mal especificados”.

Contexto das pesquisas e descrição dos dados

O ano de 2014 foi agitado econômica e politicamente. Dilma Rousseff (PT), a então Presidente da República, foi reeleita numa votação apertada, com 51.64% dos votos válidos, contra 48.36% do seu concorrente, Aécio Neves (PSDB). Além dos escândalos de corrupção que viriam a afastar a petista em 2016, a economia foi outro tema que permeou os debates durante a campanha.⁸ A expectativa era que, passado o calor da disputa, as novas medidas que deveriam ser tomadas para enfrentar o aumento da inflação, o baixo crescimento e as finanças públicas levassem a uma alteração do humor da opinião pública em relação ao Governo Federal.

Contudo, mesmo que os indicadores econômicos importantes já estivessem mostrando sinais negativos, as percepções da opinião pública em relação à economia do país permaneceram estáveis durante a campanha eleitoral. Pesquisas realizadas pela Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública da SECOM/PR mostraram que 20% dos brasileiros consideravam a situação econômica do país como ótima ou boa em novembro de 2014, contra 25%

⁸ Ver, por exemplo: “Dilma nega crise econômica e garante inflação dentro da meta em 2014”. *Folha de S. Paulo*, 28/07/2014. “Crise econômica e corrupção marcarão a nova presidência”. *El País*, 26/10/2016.

em julho, 52% a avaliaram como regular, contra 48%, e 25% responderam ruim ou péssimo, o mesmo patamar de cinco meses antes.⁹

Outros dados eram mais positivos. Para 57% dos brasileiros, em novembro a economia estava igual há 12 meses, contra 55% em julho. O pessimismo em relação ao futuro da economia do país caíra: 37% acreditavam que ela estaria melhor daqui a 12 meses, contra 28% em julho. A avaliação das pessoas sobre a sua própria situação econômica também era otimista: 40% a consideravam “ótima ou boa” e 47% “regular”. Para 53% dos entrevistados, a situação econômica pessoal melhoraria nos próximos 12 meses. Por fim, a maioria dos brasileiros, 48%, entendia que o país vivia um momento de estagnação, mas não de crise. Em julho, eram 42%.

Esses números claramente não expressavam o que estaria por vir. Com a perspectiva de uma piora do cenário em 2015, era preciso monitorar a percepção da opinião pública em relação à economia, analisar como isso afetaria a avaliação do governo e estabelecer estratégias de comunicação para amenizar quaisquer efeitos negativos na popularidade presidencial. E, conforme mostrou a discussão teórica deste trabalho, era provável que as reconsiderações sobre o quadro econômico do país fossem estimuladas, em primeiro lugar, não pelos indicadores e as percepções objetivas, e sim pelas reações afetivas dos brasileiros quando comesçassem a perceber os “rumos da economia” como uma consequência das suas atividades diárias (Popkin 1993).

Por esse motivo, as pesquisas da SECOM/PR de novembro de 2014 e abril de 2015 trouxeram uma bateria de perguntas que buscavam captar as avaliações afetivas dos brasileiros em relação à situação econômica do país e a sua situação econômica pessoal.¹⁰ Buscou-se ao máximo seguir o desenho utilizado por Marcus, Neuman e MacKuen (2000), reproduzido no Brasil por Pimentel Júnior. (2010), e Conover e Feldman (1986), cujo foco foram as “experiências emocionais subjetivas”, a partir da capacidade de as pessoas conseguirem expressar e caracterizar seus “estados emocionais”. Este último trabalho, inclusive, teve como objetivo central avaliar o papel das emoções sobre a economia nas avaliações políticas.

Variáveis afetivas e cognitivas

⁹ Ambas as pesquisas foram face a face e entrevistaram 2002 brasileiros de todo o país, de 16 anos ou mais. A seleção de amostra foi probabilística nos dois primeiros estágios, e por cotas de sexo, idade, escolaridade e ramo de atividade no último estágio. A margem de erro é de $\pm 2\%$, com nível de confiança de 95%. O campo das pesquisas, conduzidos pelo Ibope Inteligência, foram realizados entre os dias 01 a 05 de julho e 22 a 28 de novembro de 2014. Os relatórios das pesquisas encontram-se disponíveis na página da SECOM/PR.

¹⁰ As informações metodológicas da pesquisa de abril de 2015 são as mesmas das pesquisas de julho e novembro de 2014, com exceção do período de campo, que ocorreu entre os dias 11 a 18 de abril.

As pesquisas de novembro de 2014 e abril de 2015 fizeram a seguinte pergunta aos brasileiros: “Agora eu gostaria de saber sobre seus sentimentos com relação à economia do país [sua situação econômica pessoal]. Não existe resposta certa ou errada, eu quero saber a sua primeira impressão. Nos últimos 12 meses, a economia do país lhe fez sentir...”.

Foram lidos para os entrevistados oito sentimentos, sendo quatro positivos (confiança, esperança, empolgação e felicidade) e quatro negativos (preocupação, medo, ansiedade e decepção). As respostas poderiam ser binárias: sim ou não. Para os que respondesse sim era feita uma segunda pergunta, que buscava medir a intensidade do sentimento a partir de escala ordinal: “muito(a), algum(a) ou pouco(a)”.¹¹

A maneira como essas perguntas foram formuladas seguiu o pressuposto teórico de que a estruturas das dimensões afetivas são independentes (Abelson et al. 1982). Por isso, antes de implementar quaisquer testes com os dados, os estudos sobre o papel das emoções nas decisões políticas implementam análises que confirmam essa proposição (Conover e Feldman 1986; Marcus, Neuman, e MacKuen 2000; Junior 2010).

Seguiu-se o mesmo procedimento, implementando-se análises fatoriais com os dados das pesquisas de novembro de 2014 e abril de 2015, sendo uma para os sentimentos em relação à economia do país e outra para os sentimentos em relação à situação econômica pessoal. Os resultados mostram (ver apêndice) que em cada um dos quatro testes foram carregados dois fatores independentes, um para cada dimensão afetiva.

Após essa análise confirmatória, foram criados “índices afetivos” a partir do somatório das respostas dos entrevistados para cada tipo de sentimento – positivos e negativos – e dimensão analisada – sociotrópica e pessoal. Cada um desses índices obteve valor mínimo de 4 e máximo de 16. A tabela 1 traz os valores médios de cada um deles. Nota-se que de novembro de 2014 a abril de 2015 houve uma pequena piora do humor da opinião pública em relação à economia do país e à situação econômica pessoal.

Tabela 1: Valores médios dos índices afetivos

	Nov. 2014	Abr. 2015	Dif.
Positivo (país)	9.128 (3.539)	5.531 (2.517)	-3.597
Negativo (país)	10.105 (3.579)	11.374 (3.757)	1.269
Positivo (pessoa)	10.608 (3.617)	7.532 (3.664)	-3.075
Negativo (pessoa)	9.675 (3.492)	9.961 (4.152)	0.286

¹¹ A resposta era única para cada sentimento. Houve rodízio entre os itens. Infelizmente, por razões orçamentárias não foi possível estender a lista de sentimentos, já que o questionário continha outros módulos sobre avaliação de políticas públicas, além de outras demandas.

Erros-padrão entre parênteses.

Fonte: Pesquisas SECOM/PR (2014, 2015).

As dimensões cognitivas sobre a avaliação da economia do país e do entrevistado foram obtidas no formato de pergunta mais usual: “Pensando na situação econômica atual do Brasil [na sua situação econômica pessoal neste momento], o(a) sr(a) diria que ela está: ótima, boa, regular, ruim ou péssima?”. A tabela 2 traz a distribuição das respostas dados pelos entrevistados. Assim como a dimensão afetiva, as avaliações cognitivas apresentam piora entre novembro de 2014 a abril de 2015. Claramente o pessimismo havia aumentado.

Tabela 2: Avaliação da situação econômica do país e pessoal (%)

	Economia do país			Economia pessoal		
	Nov. 2014	Abr. 2015	Dif.	Nov. 2014	Abr. 2015	Dif.
Péssimo	10	38	28	4	15	11
Ruim	16	24	8	9	13	5
Regular	54	29	-25	47	47	0
Bom	18	7	-12	36	20	-15
Ótimo	2	1	-1	5	5	0
N	1954	1970		1994	1994	

Fonte: Pesquisas SECOM/PR (2014, 2015).

As variáveis dependentes

As perguntas sobre as dimensões afetivas e cognitivas formaram o “núcleo” das principais variáveis explicativas para a avaliação e a aprovação do Governo Federal, as principais variáveis dependentes deste estudo. Estas também foram obtidas no formato usual: “Como o(a) sr(a) avalia o desempenho atual do Governo Federal? O(a) sr(a) diria que ele está sendo: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo” e “E o(a) sr(a) aprova ou desaprova o desempenho atual do Governo Federal?”.¹² A tabela 3 traz as repostas dos entrevistados nas duas pesquisas e mostram a deterioração da avaliação e da aprovação do Governo Federal.

Tabela 3: Avaliação e aprovação do Governo Federal (%)

	Nov. 2014	Abr. 2015	Dif.
Avaliação do Governo			
Péssimo	10	40	30

¹² As pesquisas da SECOM/PR são institucionais, e não pessoais ou partidárias. Por isso, era vedado a menção a quaisquer figuras políticas – inclusive a Presidente da República – ou partidos. Daí sempre utilizarem os termos “Governo Federal”. Essa proibição também limitava o escopo de temas que poderiam ser explorados nos questionários, que deveriam se limitar a questões ligadas às ações de comunicação da administração pública.

Ruim	11	20	9
Regular	37	27	-10
Bom	36	11	-26
Ótimo	5	2	-3
N	1983	1973	
Aprovação do Governo			
Desaprova	41	77	35
Aprova	59	23	-35
N	1902	1865	

Fonte: Pesquisas SECOM/PR (2014, 2015)

Mas a avaliação e a aprovação do Governo Federal não foram as únicas variáveis dependentes deste trabalho. Na pesquisa de abril de 2015 perguntou-se aos brasileiros: “Nos últimos seis meses, o(a) Sr.(a) mudou ou não mudou de opinião em relação ao desempenho do Governo Federal?”. Entre os entrevistados, 29% responderam sim à essa pergunta. A estes foi feita uma segunda pergunta: “O(a) sr.(a) diria que aprovava e passou a desaprová-lo ou que desaprovava e passou a aprovar o desempenho do Governo Federal?”. As respostas não poderiam ser piores para o Governo Federal: 84% passaram a desaprová-lo, e 12% passaram a aprova-lo nos últimos seis meses.

Já na pesquisa de novembro de 2014 perguntou-se: “Agora gostaria que o(a) sr(a) avaliasse a atuação do Governo Federal em diferentes áreas. (...) Como o(a) sr(a) avalia a atuação do Governo Federal nos últimos quatro anos no(a)...? O(a) sr(a) diria que está sendo: ótima, boa, regular, ruim ou péssima?”. Destas, quatro eram áreas econômicas: controle da taxa de juros, combate à inflação, combate à pobreza e geração de empregos. A tabela 4 traz os resultados.

Tabela 4: Avaliação do Governo Federal no.... (%)

	Controle da taxa de juros	Combate à inflação	Geração de emprego	Combate à pobreza
Péssimo	25	25	12	15
Ruim	29	27	16	18
Regular	32	33	38	33
Bom	12	13	29	28
Ótimo	2	2	5	6
N	1867	1915	1946	1948

Fonte: Pesquisa SECOM/PR (2014)

Variáveis de controle

Como variáveis de controle foram incluídas as seguintes características sócio demográficas dos entrevistados: o sexo, a idade, a escolaridade, a renda familiar mensal e o porte do município.

Tabela 5: Descrição das variáveis sócio demográficas incluídas na análise

Sexo	Grupo de Idade	Escolaridade	Renda familiar mensal	Porte do município
Homem (1)	16-24 anos	Sem escola	Até 1 salário mínimo	Até 20 mil
Mulher (0)	25-34	1 ^a -4 ^a séries	1-2 salários	20-50
	35-44	5 ^a -8 ^a	2-5 salários	50-100
	45-54	2 ^o Grau	Mais de 5 salários	100-500
	Mais de 55	Superior		Mais de 500

Foram incluídas ainda duas variáveis para controlar os efeitos das avaliações afetivas e cognitivas sobre a avaliação do Governo Federal. A primeira delas indica que se o entrevistado é beneficiário do Programa Bolsa Família: 9% e 12% dos entrevistados, respectivamente, responderam sim a essa pergunta em novembro de 2014 e abril de 2015. A segunda delas apreendeu a nota dada pelos entrevistados para os serviços públicos no Brasil, tendo em vista seu nível de satisfação em uma escala de 0 a 10: em novembro de 2014 a nota média foi de 5.35 (DP = 2.19, N = 1965), e em abril de 2015 de 4.02 (DP = 2.75, N = 1974).

A relação entre as medidas afetivas e cognitivas

A primeira ação foi realizar testes de correlação entre as medidas afetivas e cognitivas, com o objetivo de testar a premissa que essas duas formas de avaliação da economia seriam independentes, como argumentou Zajonc (1980). Os resultados podem ser vistos na tabela 6.

Tabela 6: Relacionamento entre reações afetivas e cognitivas sobre a economia

		Avaliação da...	
		Economia do país	Economia pessoal
Nov. 2014			
Nacional	Positivo	0.23*	0.19*
	Negativo	-0.21*	-0.09*
Pessoal	Positivo	0.10*	0.21*
	Negativo	-0.16*	-0.18*
Abr. 2015			
Nacional	Positivo	0.29*	0.18*
	Negativo	-0.37*	-0.25*

Pessoal	Positivo	0.19*	0.32*
	Negativo	-0.25*	-0.39*

Todas as entradas são r de Pearson. * $p < 0.05$

Fonte: Pesquisas SECOM/PR (2014, 2015).

Como em Conover e Feldman (1986, 62-63), todas as correlações estão na direção esperada: reações emocionais positivas (negativas) estão associadas com percepções positivas (negativas) sobre a economia. Além disso, todas as correlações são fracas, o que mostra que as dimensões afetivas e cognitivas não estão “intimamente ligadas”. Um terceiro ponto a se destacar é o aumento, ainda que pequeno, da correlação entre os indicadores afetivos e cognitivos de 2014 para 2015, o que sugere que estes ganharam importância de um ano para o outro.

Apesar de esse ter sido um tema recorrente durante a campanha, ainda não havia uma clara percepção da opinião pública sobre uma crise econômica no país. Foi a partir de 2015 que ela passou a ser sentida de maneira efetiva, seja pela piora substantiva dos indicadores econômicos, seja pelas medidas de ajuste do Governo Federal. Assim, é razoável esperar que o impacto das variáveis afetivas fosse mais forte em 2014 do que em 2015, pois “reações afetivas podem se formar rapidamente com base numa exposição mínima a um estímulo econômico; avaliações cognitivas, por outro lado, podem se desenvolver mais lentamente e apenas após atenção considerável à informação econômica” (Conover e Feldman 1986, 64).

Medidas afetivas, cognitivas e aprovação do Governo Federal

Foram estimados modelos de regressão lineares por mínimos quadrados e modelos de regressão ordinal logit para a avaliação do Governo Federal, e modelos de regressão logit para a sua aprovação. Os resultados foram semelhantes, sendo desnecessário a inclusão de todas as tabelas no artigo. Por razões de simplicidade, optou-se por apresentar apenas os resultados dos modelos logit para aprovação do Governo Federal, como pode ser visto na tabela 7.¹³ Para facilitar a comparação entre os coeficientes, todas as variáveis incluídas foram redimensionadas na escala 0-1.

Tabela 7: Coeficientes de regressão logit dos modelos de aprovação do Governo Federal

	Nov. 2014	Abr. 2015
--	------------------	------------------

¹³ Os resultados de todos os modelos podem ser solicitados ao autor pelo e-mail psmundim@ufg.br.

	(1)	(2)	(3)	(1)	(2)	(3)
Economia (país)	3.71*	-	3.05*	2.62*	-	1.97*
	(0.30)	-	(0.32)	(0.27)	-	(0.29)
Economia (pessoa)	1.44*	-	1.05*	1.08*	-	0.60
	(0.29)	-	(0.32)	(0.28)	-	(0.31)
Serviços públicos	1.55*	1.42*	0.88*	1.82*	1.60*	1.22*
	(0.27)	(0.27)	(0.30)	(0.26)	(0.26)	(0.28)
Positivo (país)	-	2.48*	1.94*	-	2.31*	1.93*
	-	(0.29)	(0.30)	-	(0.34)	(0.35)
Negativo (país)	-	-2.45*	-2.06*	-	-1.75*	-1.29*
	-	(0.29)	(0.31)	-	(0.27)	(0.28)
Positivo (pessoa)	-	0.97*	0.82*	-	0.36	0.11
	-	(0.27)	(0.29)	-	(0.24)	(0.26)
Negativo (pessoa)	-	-0.62*	-0.27	-	-0.55*	-0.41
	-	(0.29)	(0.31)	-	(0.25)	(0.27)
Homem	0.038	0.044	0.0012	0.19	0.13	0.085
	(0.12)	(0.12)	(0.12)	(0.14)	(0.14)	(0.15)
Idade	-0.37*	-0.21	-0.33	0.011	-0.11	-0.16
	(0.18)	(0.18)	(0.19)	(0.21)	(0.22)	(0.23)
Escolaridade	-0.94*	-0.81*	-0.87*	-0.49	-0.20	-0.28
	(0.25)	(0.25)	(0.27)	(0.28)	(0.29)	(0.30)
Renda familiar mensal	-0.36	-0.21	-0.29	-0.84*	-0.68*	-0.79*
	(0.22)	(0.22)	(0.23)	(0.29)	(0.30)	(0.31)
Porte do município	-0.015	-0.059	-0.067	-0.043	-0.11	-0.043
	(0.15)	(0.15)	(0.16)	(0.17)	(0.18)	(0.19)
Recebe bolsa família	0.41*	0.31	0.29	0.30	0.35	0.30
	(0.20)	(0.21)	(0.22)	(0.19)	(0.19)	(0.20)
Constante	-2.20*	0.25	-1.38*	-3.06*	-0.91*	-1.76*
	(0.31)	(0.30)	(0.37)	(0.33)	(0.34)	(0.39)
N	1768	1687	1663	1775	1677	1667
R ² (Nagelkerke)	0.18	0.16	0.22	0.19	0.20	0.23
Log-likelihood	-988,48	-958,48	-875,36	-780,73	-720,20	-686,28

Erros-padrão entre parênteses. * $p < 0.05$

Fonte: Pesquisas SECOM/PR (2014, 2015).

As variáveis afetivas e cognitivas foram importantes para explicar a aprovação do Governo Federal. Todas se comportaram da maneira esperada. Há uma correlação positiva entre avaliação da situação econômica do país e pessoal com uma visão favorável da administração da então presidente Dilma Rousseff. No caso das medidas emocionais, sentimentos positivos em relação à economia aumentavam a probabilidade de aprovação do governo, enquanto os

sentimentos negativos a diminuía. Não foi observado uma superioridade explicativa das variáveis afetivas em relação às cognitivas na pesquisa de 2014, como era esperado. Os indicadores de ajuste sugerem que a inclusão dos indicadores afetivos e cognitivos leva a modelos um pouco melhores.

Contudo, a variável que mede a avaliação da situação econômica do país foi que teve melhor desempenho no modelo, ou seja, maior poder explicativo, seguida das variáveis afetivas sobre a economia do país. As variáveis personalistas, sejam cognitivas ou afetivas, tiveram uma performance inferior. No modelo de 2015, inclusive, não foram boas predictoras, já que não alcançaram significância estatísticas. Essa é mais uma indicação de que os cidadãos, por mais que sejam indivíduos auto interessados, tendem a dar maior peso à dimensão sociotrópica nas suas avaliações de governos (Fiorina 1981; Kiewiet 1983; Edlin, Gelman, e Kaplan 2007).

Conover e Feldman (1986) demonstraram que as emoções positivas foram mais importantes para a avaliação da performance do incumbente. Esse é o caso para os dados de 2015, mas não de 2014, já que a diferença entre os coeficientes estimados é ínfima. Faz sentido. A inteligência afetiva pressupõe que os nossos dois sistemas emocionais levam a reações diferentes. Como em 2014 não havia, ainda, uma clara percepção da crise econômica, pessoas tomadas por sentimentos como preocupação, medo e ansiedade provavelmente ligaram o “sinal de alerta”, tornaram-se mais atentas a passaram a busca mais informações sobre a situação econômica do país, o que provavelmente fez aumentar a influência das emoções negativas na aprovação do Governo Federal.

Afeto, cognição e avaliação do governo em diferentes áreas

As variáveis que medem a avaliação das pessoas sobre o desempenho do Governo Federal em áreas específicas da economia permitiram análises que confirmam o poder explicativo das variáveis cognitivas, principalmente as que medem a situação econômica do país. Mas os modelos estimados, cujos resultados estão na tabela 8, mas mostram um cenário diferente para as variáveis afetivas, com um maior protagonismo da dimensão negativa sociotrópica.

Tabela 8: Coeficientes dos modelos de avaliação do governo em diferentes áreas

	Controle da taxa de juros	Combate à inflação	Combate à pobreza	Geração de empregos
Economia (país)	1.15* (0.13)	1.09* (0.13)	1.45* (0.14)	1.13* (0.14)

Economia (pessoa)	0.53*	0.53*	0.51*	0.75*
	(0.13)	(0.14)	(0.15)	(0.14)
Serviços públicos	0.68*	0.79*	0.36*	0.36*
	(0.13)	(0.13)	(0.13)	(0.13)
Positivo (país)	0.31*	0.57*	0.23	0.092
	(0.12)	(0.12)	(0.12)	(0.12)
Negativo (país)	-0.77*	-0.52*	-0.57*	-0.34*
	(0.12)	(0.12)	(0.13)	(0.12)
Positivo (pessoa)	-0.021	-0.13	0.42*	0.49*
	(0.11)	(0.11)	(0.12)	(0.11)
Negativo (pessoa)	0.16	-0.048	-0.23	-0.21
	(0.13)	(0.13)	(0.14)	(0.13)
Homem	-0.084	-0.031	-0.023	-0.014
	(0.05)	(0.05)	(0.05)	(0.05)
Idade	0.086	-0.028	-0.022	-0.016
	(0.08)	(0.07)	(0.08)	(0.08)
Escolaridade	-0.019	-0.25*	-0.057	0.0091
	(0.11)	(0.10)	(0.11)	(0.11)
Renda familiar mensal	0.097	0.081	0.081	0.090
	(0.09)	(0.09)	(0.10)	(0.10)
Porte do município	0.14*	0.18*	-0.27*	0.019
	(0.06)	(0.06)	(0.07)	(0.06)
Recebe bolsa família	0.086	-0.030	-0.051	-0.10
	(0.09)	(0.08)	(0.09)	(0.08)
Constante	1.25*	1.32*	2.03*	1.78*
	(0.14)	(0.14)	(0.14)	(0.14)
N	1643	1684	1704	1706
R ² Ajustado	0.21	0.22	0.23	0.199
Teste F para mudança [#]	13.96*	12.07*	14.85*	10.10*

[#] Mudança R² Ajustado com a inclusão das variáveis afetivas nos modelos

Método de estimação: MQO. Erros-padrão entre parênteses. * p<0.05

Fonte: Pesquisas SECOM/PR (2014)

Até aqui, os dados apresentados mostram o protagonismo da avaliação econômica do país para explicar o nível de satisfação com o Governo Federal. Mas também existem outras dimensões, como a avaliação dos serviços públicos, que foram componentes importantes de todos os modelos. Ou seja, as pessoas têm uma ampla gama de opções para embasar seus julgamentos. Mas avaliar a atuação do governo em áreas específicas, principalmente da economia, talvez seja uma tarefa um pouco mais difícil, ou que exija que entrevistado recupere na sua memória algum tipo de informação característica do âmbito a ser apreciado.

Sentimentos negativos tendem a gerar incentivos para a busca de informação. É possível as pessoas com níveis de ansiedade ou preocupação mais altos em relação à economia

do país no final de 2014 estivessem, também, mais informadas em relação à crise que se anunciava, a própria economia e seus pontos mais sensíveis: o aumento do custo de vida por conta da inflação, o menor incentivo ao consumo e ao endividamento por conta da taxa de juros e da incerteza em relação ao emprego. Daí a emergência da correlação entre essa dimensão afetiva e as avaliações sobre áreas específicas. Justamente o oposto do tipo de incentivo que os sentimentos positivos tenderiam a gerar.

Mas os sentimentos positivos também explicam parte da avaliação do Governo Federal nas áreas específicas. A diferença é que as afecções em relação ao país correlacionam-se com o controle dos juros e a inflação, enquanto as afecções pessoais associam-se ao combate à pobreza e ao desemprego. Como mostra a tabela 4, o Governo Federal ainda tinha avaliações razoáveis nestas duas áreas no final de 2014, e os dados sugerem que seus maiores impactos emocionais positivos ocorrem através de uma perspectiva personalista. Juros e inflação, por outro lado, eram dimensões já bastante criticadas pelos brasileiros. Contudo, são temas que dificilmente são enquadrados de uma maneira pessoal.

Os sentimentos negativos e a derrocada do Governo Federal

Os modelos que buscaram analisar a relação entre as variáveis afetivas e cognitivas com a mudança de opinião sobre o Governo Federal nos últimos seis meses chegaram a resultados um pouco diferentes dos encontrados no item anterior. Como pode ser visto na tabela 9, três discrepâncias foram encontradas: o melhor desempenho de um indicador afetivo, no caso os sentimentos negativos em relação ao país; a perda de significância estatística, no modelo completo, da dimensão cognitiva referente à avaliação da situação econômica do país; e a avaliação da situação econômica pessoal ser mais importante que a perspectiva sociotrópica.

Tabela 9: Coeficientes dos modelos de mudança de opinião sobre o Governo Federal

	Passou a reprovar		
	(1)	(2)	(3)
Economia (país)	-0.70*	-	-0.38
	(0.24)	-	(0.26)
Economia (pessoa)	-0.72*	-	-0.71*
	(0.22)	-	(0.25)
Serviços públicos	0.015	0.015	0.15
	(0.22)	(0.22)	(0.23)
Positivo (país)	-	-0.33	-0.18
	-	(0.32)	(0.32)
Negativo (país)	-	1.07*	0.95*

	-	(0.24)	(0.25)
Positivo (pessoa)	-	0.090	0.23
	-	(0.21)	(0.22)
Negativo (pessoa)	-	-0.052	-0.22
	-	(0.21)	(0.22)
Homem	-0.17	-0.12	-0.15
	(0.12)	(0.12)	(0.12)
Idade	0.11	0.098	0.091
	(0.18)	(0.19)	(0.19)
Escolaridade	0.55*	0.31	0.36
	(0.24)	(0.25)	(0.25)
Renda familiar mensal	0.13	0.0052	0.099
	(0.23)	(0.23)	(0.24)
Porte do município	-0.28	-0.25	-0.29
	(0.15)	(0.15)	(0.15)
Recebe bolsa família	0.015	-0.0089	-0.0084
	(0.17)	(0.17)	(0.18)
Constante	-0.76*	-1.73*	-1.27*
	(0.26)	(0.30)	(0.32)
N	1889	1765	1752
R ² (Nagelkerke)	0.02	0.02	0.03
Log-likelihood	-1.045,3	-991,1	-980,1

Erros-padrão entre parênteses. * p<0.05

Fonte: Pesquisas SECOM/PR (2015).

Na pesquisa de 2015, também se perguntou aos cidadãos que declararam ter mudado de opinião sobre do Governo Federal os motivos que os levaram a passar de um quadro de aprovação para um de desaprovação nos últimos seis meses. Era uma pergunta aberta e pré-codificada que permitia até duas menções. A tabela 10 traz a distribuição de frequência das respostas.

Tabela 10: Razões da mudança de opinião (desaprovar) sobre o Governo Federal (%)

	1ª Menção	1ª + 2ª Menções
Pelo aumento da inflação	18	25
Pelos escândalos de corrupção	15	23
Não cumpre o que promete	16	22
Má administração	19	21
Não investe em saúde	5	12
Aumento dos impostos	6	12
Não investe em segurança pública	3	6
Pela instabilidade da economia	3	6
Não investe em educação	2	5

Aumento do desemprego	3	4
Outros	6	7
NS/NR	4	4

Fonte: Pesquisas SECOM/PR (2015)

As três primeiras menções têm uma relação com a crise econômica. A quarta também poderia ser enquadrada dessa forma. Pesquisa qualitativa da SECOM/PR sobre o “ajuste econômico” mostrou que, por falta de uma melhor comunicação do governo, os cidadãos estavam colocando a culpa da crise econômica nos escândalos de corrupção na Petrobrás (“Estudo Qualitativo Ad hoc – Ajuste Econômico (03/2015)” 2015).¹⁴ Não cumprir o que promete é uma clara referência à versão petista, ou da então presidente Dilma Rousseff, de estelionato eleitoral, já que ela havia dito durante a campanha de 2014 que o país não estava em crise e que não haveria a necessidade de ajuste econômico. A má administração tem a ver com a incapacidade do Governo Federal em oferecer serviços públicos de qualidade, mas também de não de entregar bons resultados na economia.

A mesma pesquisa qualitativa sobre o ajuste econômico também mostrou a insatisfação dos participantes com a forma como o Governo Federal estava se comunicando com a população. Para ser mais exato, as principais críticas eram: as pessoas não estavam recebendo informações sobre a verdadeira situação da economia do país; o Governo Federal não tinha dado explicações razoáveis e convincentes sobre o rápido aumento dos preços de itens como a gasolina e a conta de luz; alguns não sabiam o que governo estava fazendo para resolver a crise; e outros não haviam entendido a necessidade das medidas de ajuste econômico implementadas.

Ou seja, o quadro geral era de ampla insatisfação. Do ponto de vista afetivo, um prato cheio para a emergência de sentimentos negativos como preocupação, medo, ansiedade e decepção. Para piorar, tais emoções geravam incentivos para as pessoas buscarem se informar sobre o que realmente estava acontecendo com a economia do país. Em um contexto onde o Governo Federal se comunicava pouco, e mal, restava apenas a opção da informação gratuita disponível ou a busca por informação nos veículos de imprensa, que naquele momento vinham aumentando o volume de cobertura sobre a crise econômica, tema que por si só traz um enquadramento mais negativo.

Não surpreende, portanto, que uma variável afetiva da avaliação da economia do país tenha sido mais importante do que uma variável cognitiva. As pessoas que passaram a desaproveitar o Governo Federal em 2015 estavam preocupadas e ansiosas com relação ao futuro, e decepcionadas com a então presidente Dilma Rousseff, em quem provavelmente tinham

¹⁴ Disponível em: www.secom.gov.br.

votado em 2014. Também não surpreende que, no caso dos modelos da tabela 8, a variável cognitiva mais importante tenha sido a avaliação da situação econômica pessoal, e não a do país. Como a pesquisa qualitativa sobre o ajuste econômico deixou transparecer, as pessoas já haviam sentido no bolso os efeitos da crise, mas ainda não haviam compreendido completamente o que se passava com a economia do país. Este era um cenário de incerteza, e até mesmo incredulidade, que o Governo Federal ajudou a construir com a baixa capacidade de comunicação com os cidadãos.

Conclusão

Os resultados apresentados neste artigo mostram que as emoções sobre a situação econômica, seja do país ou pessoal, desempenham um papel político importante, pois interferem na avaliação que as pessoas fazem do Governo Federal. Como em Conover e Feldman (1986, 71), “mesmo com os melhores preditores cognitivos incluídos nas equações, as emoções têm um efeito considerável sobre todas as variáveis dependentes”. Do ponto de vista teórico, esses mesmos resultados melhoram a nossa capacidade explicativa da performance dos governantes e reforçam outros estudos que defendem a interação entre dimensões afetivas e cognitivas, ou racionais e emocionais, para analisar o comportamento político dos cidadãos.

Uma das vantagens de se reconhecer a importância das afecções sobre a economia é que elas ajudam as pessoas a formarem suas opiniões. A economia é um tema árido e difícil para boa parcela da população. Muitas vezes, pode-se até receber uma informação econômica específica, mas que logo será esquecida. Com isso, restam apenas “nossas emoções como um indicador de nossas reações” (id, 72). No fim das contas, “se as pessoas às vezes reagem emocionalmente aos estímulos econômicos sem desenvolver as cognições correspondentes, medidas cognitivas podem não conseguir detectar a maior parte do impacto político das condições econômicas” (id, 64).

O ideal, claramente, é que se possa incluir tanto os indicadores afetivos quanto os cognitivos nos modelos que explicação a avaliação e a aprovação dos presidentes. Em momentos de calma econômica e política, espera-se que o sistema de predisposição e os sentimentos positivos predominem; em períodos de crise, que o sistema de vigilância e os sentimentos negativos tornem-se protagonistas. Do ponto de vista político essa segunda situação é claramente a pior e indesejável, pois os cidadãos tendem a punir duramente os incumbentes, uma vez que têm aversão à perda (Kahneman e Tversky 1979; Tversky e Kahneman 1974)

Entre o final de 2014 e o primeiro semestre de 2015 o Brasil passou por uma grande mudança no seu cenário econômico, com enormes impactos políticos. Nesse sentido, mais importante do que evidenciar a importância de variáveis afetivas sobre a economia na avaliação do Governo Federal, é vislumbrar como elas nos ajudam a dar sentido à narrativa da nossa história democrática. Uma das razões pelas quais houve uma perda substantiva da base de apoio ao Governo Federal encontra-se justamente nos sentimentos negativos que afloraram durante esse período, principalmente entre muitos eleitores que provavelmente votaram na então presidente Dilma Rousseff e deixaram de apoiá-la por conta da deterioração do quadro econômico do país.

Referências bibliográficas

- Abelson, Robert P., Donald R. Kinder, Mark D. Peters, e Susan T. Fiske. 1982. "Affective and semantic components in political person perception." *Journal of Personality and Social Psychology* 42 (4): 619–30.
- Bartels, Larry M. 1993. "Messages Received: the Political Impact of Media Exposure". *American Political Science Review* 87 (2): 267–85.
- Berlemann, Micael, e Sören Enkelmann. 2014. "The economic determinants of U.S. presidential approval: A survey". *European Journal of Political Economy* 36: 41–54.
- Brader, Ted. 2005. "Striking a Responsive Chord: How Political Ads Motivate and Persuade Voters by Appealing to Emotions". *American Journal of Political Science* 49 (2): 388–405.
- Clarke, Harold D., e Marianne C. Stewart. 1994. "Prospections, Retrospections, and Rationality: The 'Bankers' Model of Presidential Approval". *American Journal of Political Science* 38 (4): 1104–23.
- Conover, Pamela Johnston, e Stanley Feldman. 1986. "Emotional Reactions to the Economy: I'm Mad as Hell and I'm not Going to Take it Anymore". *American Journal of Political Science* 30 (1): 50–78.
- Downs, Anthony. 1999. *Uma Teoria Econômica de Democracia*. São Paulo: EDUSP.
- Eldin, Aaron, Andrew Gelman, e Noah Kaplan. 2007. "Voting as a Rational Choice: Why and How People Vote To Improve the Well-Being of Others". *Rationality and Society* 19 (3): 293–314.
- Erikson, Robert S., Michael MacKuen, e James A. Stimson. 2000. "Bankers or Peasants Revisited: Economic Expectations and Presidential Approval". *Electoral Studies* 19 (2/3): 295–312.
- "Estudo Qualitativo Ad hoc – Ajuste Econômico (03/2015)". 2015. Brasília: Assessoria de Pesquisa de Opinião Pública - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.
- Feldman, Stanley. 1982. "Economic Self-Interest and Political Behavior". *American Journal of Political Science* 26 (3): 446–66.
- Fiorina, Morris P. 1981. *Retrospective Voting in American National Elections*. News Haven and London: Yale University Press.
- Hibbs, Douglas A. 1987. *The American Political Economy*. Cambridge (MA): Harvard University Press.
- Junior, Jairo Tadeu Pires Pimentel. 2010. "Razão e emoção: o voto na eleição presidencial de 2006". *Opinião Pública* 16 (2): 516–41.

- Kahneman, Daniel, e Amos Tversky. 1979. "Prospect Theory: An Analysis of Decision under Risk". *Econometrica* 47 (2): 263–92.
- Key, V. O. 1966. *The Responsible Electorate: Rationality in Presidential Voting 1936-1960*. Cambridge: Harvard University Press.
- Kiewiet, D. Roderick. 1981. "Policy-Oriented Voting in Response to Economic Issues". *American Political Science Review* 75 (2): 448–59.
- . 1983. *Macroeconomics and Micropolitics: the Electoral Effects of Economic Issues*. Chicago e Londres: The University of Chicago Press.
- Kinder, Donald R. 1981. "Presidents, Prosperity, and Public Opinion". *Public Opinion Quarterly* 45: 1–21.
- Lavareda, Antonio. 2009. *Emoções Ocultas e Estratégias Eleitorais*. São Paulo: Editora Objetiva.
- Lavareda, Antonio, e Helcimara Telles. 2011. *Como o Eleitor Escolhe o Seu Prefeito: Campanha e Voto nas Eleições Municipais*. Organizado por Antonio Lavareda e Helcimara de Souza Telles. Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Lazarsfeld, Paul F., Bernard Berelson, e Hazel Gaudet. 1948. *The People's Choice: How the Voter Makes up His Mind in a Presidential Election*. 6ªed. New York: Columbia University Press.
- Lewis-Beck, Michael S., Nicholas F. Martini, e D. Roderick Kiewiet. 2013. "The nature of economic perceptions in mass publics". 2013 32 (3): 524–528.
- Lewis-Beck, Michael S., e Mary Stegmaier. 2013. "The VP-function revisited: a survey of the literature on vote and popularity functions after over 40 years". *Public Choice* 157 (3): 367–85.
- Lodge, Milton, Marco R. Steenbergen, e Shawn Brau. 1995. "The Responsive Voter: Campaign Information and the Dynamics of Candidate Evaluation". *American Political Science Review* 89 (2): 309–236.
- MacKuen, Michael, Robert S. Erikson, e James A. Stimson. 1992. "Peasants or Bankers? The American Electorate and the U.S. Economy". *The American Political Science Review* 86 (3): 597–611.
- MacKuen, Michael, George E. Marcus, W. Russell Neuman, e Luke Keele. 2007. "The Third Way: The Theory of Affective Intelligence and American Democracy". In *The Affect Effect: Dynamics of Emotion in Political Thinking and Behavior*, organizado por W. Russell Neuman, George E. Marcus, Ann N. Crigler, e Michael MacKuen, 124–51. Chicago: The University of Chicago Press.
- Marcus, George E., e Michael MacKuen. 1993. "Anxiety, Enthusiasm, and the Vote: the Emotional Underpinnings of Learning and Involvement During Presidential Campaigns". *American Political Science Review* 87 (3): 672–85.
- Marcus, George E., W. Russell Neuman, e Michael MacKuen. 2000. *Affect Intelligence and Political Judgment*. Chicago: The University of Chicago Press.
- Nadeau, Richard, Michael S. Lewis-Beck, e Éric Bélanger. 2012. "Economics and Elections Revisited". *Comparative Political Studies* 46 (5): 551–573.
- Nannestad, Peter, e Martin Paldam. 1994. "The VP-function: A survey of the literature on vote and popularity functions after 25 years". *Public Choice* 79 (3–4): 213–45.
- Popkin, Samuel L. 1991. *The Reasoning Voter: Communication and Persuasion in Presidential Elections*. 2ªed. Chicago and London: The University of Chicago Press.
- . 1993. "Information Shortcuts and the Reasoning Voter". In *Information, Participation and Choice: An Economic Theory of Democracy in Perspective*, organizado por Bernard Grofman, 17–35. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Telles, Helcimara, e Antonio Lavareda. 2015. *Voto e Estratégias de Comunicação Política na América Latina*. Curitiba: Appris.
- Tversky, Amos, e Daniel Kahneman. 1974. "Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases". *Science* 185 (4157): 1124–31.
- Zajonc, Robert. 1980. "Feeling and thinking: Preferences need no inferences". *The American psychologist* 35 (2): 151–75.

Apêndice

Tabela 11: Análise fatorial dos oito sentimentos utilizados para avaliar a economia

	Pesquisa Nov. 2014				Pesquisa Abr. 2015			
	País		Pessoa		País		Pessoa	
	Fator 1 Positivo	Fator 2 Negativo	Fator 1 Positivo	Fator 2 Negativo	Fator 1 Negativo	Fator 2 Positivo	Fator 1 Negativo	Fator 2 Positivo
Confiança	0,858	0,045	0,870	0,059	-0,162	0,771	-0,208	0,793
Preocupação	0,099	0,822	0,154	0,795	0,820	-0,075	0,833	-0,147
Esperança	0,807	0,158	0,837	0,157	-0,020	0,751	-0,006	0,781
Medo	0,169	0,838	0,103	0,865	0,782	-0,097	0,832	-0,159
Empolgação	0,780	0,238	0,758	0,287	0,034	0,713	-0,009	0,771
Ansiedade	0,451	0,661	0,423	0,679	0,655	0,217	0,723	0,211
Felicidade	0,849	0,176	0,853	0,161	-0,122	0,735	-0,222	0,765
Decepção	0,084	0,831	0,115	0,830	0,769	-0,196	0,791	-0,224
Eigenvalue	3,899	1,688	2,679	1,976	3,967	1,683	3,219	1,966
Correlação entre os fatores (rotação Promax)	.3769		.3675		-.2351		-.3385	

Fonte: Pesquisas SECOM/PR (2014, 2015). Método: componentes principais, rotação Varimax.